

QUEM SÃO OS PEQUENOS PRODUTORES FORNECEDORES DE CANA-DE-AÇÚCAR: um estudo de sua constituição e das relações de produção no assentamento Bela Vista e região de Araraquara (SP)

Cristina Helena Rosim BAÚ*

RESUMO: Neste artigo, pretende-se apresentar um tema polêmico que investiga as conseqüências da inserção dos fornecedores de cana-de-açúcar do assentamento da fazenda Bela Vista do Chibarro no mercado com as agroindústrias na região de Araraquara-SP. Essa prática contraria a política do Incra para a Reforma Agrária, que rejeita a proposta dos assentados em utilizá-la como estratégia de produção. A nossa abordagem visa o estudo dessas relações de produção e comercialização da cana-de-açúcar pelos pequenos produtores da região diante da tendência concentracionista e do risco de expropriação de suas terras.

PALAVRAS-CHAVE: Pequeno produtor, cana-de-açúcar, assentamentos rurais.

Apresentação

Este estudo tem como objetivo investigar as condições em que se apresentam as relações de produção e comercialização do pequeno produtor fornecedor de cana-de-açúcar na região de Araraquara. Estas são algumas reflexões que amadureceram durante minha participação como integrante do grupo de pesquisadores do Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) da Unesp de Araraquara, sob a coordenação da profa. dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, em pesquisa de auxílio integrado ao CNPq, intitulada

*Mestranda do programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP 14800-901 - Araraquara - SP. Sob orientação da profa. dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante. Trabalho financiado pela Capes.

"Assentamentos de Trabalhadores Rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades", que me possibilitou uma maior aproximação com o objeto de pesquisa nos assentamentos rurais.

A região de Araraquara, conhecida como 'Califórnia brasileira', camufla as condições precárias dos pequenos fornecedores de cana-de-açúcar, sujeitos ao desaparecimento pelas evidências da crescente verticalização da produção pelas usinas e dos altos índices de concentração de terras. Com a perspectiva do fornecimento de cana pelos assentados da fazenda Bela Vista, pode-se agravar ainda mais a situação e ocasionar a dispensa dos pequenos fornecedores de cana da região já inseridos no processo produtivo. Dada a condição favorável do assentamento pela proximidade com as usinas, é facilitada a prática da comercialização.

Apesar da crescente adesão ao plantio da cana-de-açúcar no assentamento, o Incra impõe restrições a essa prática. Sua postura está embasada no pressuposto de que a reforma agrária tem como objetivo assentar famílias para que elas possam produzir sua própria subsistência, pela exploração direta, pessoal e familiar da terra. Mas, no que tange à produção da cana, há um desencontro de opiniões entre os assentados e isso gera uma subdivisão em grupos, que se posicionam favorável e contrariamente. O primeiro, busca respaldo na lei que prevê a integração deles (assentados) com o meio e com a economia local; pretendem desta forma, consolidar a sua proposta de plantio da cana. O segundo grupo refuta essa posição utilizando o argumento de que o cultivo da cana vai contra os princípios da reforma agrária, por ser uma cultura que necessita do arrendamento das terras¹.

Na verdade, o que contribui para o impasse "plantar ou não a cana-de-açúcar" e influi na tomada de decisão dos assentados sobrecarrega o dilema de como se obter recursos para investimento no lote. Esse fato é ocasionado pelo alto índice de inadimplência no assentamento, que esbarra na posição do banco em não aceitar novos financiamentos daqueles que não saldaram ou não renegociaram suas dívidas. A reação dos assentados é colocar em prática estratégias várias para obter os recursos necessários.

Uma dessas estratégias dos assentados da Bela Vista é lançar mão do assalariamento externo. Como o plantio da cana, visto aqui como outra forma

¹ A divergência com relação ao plantio da cana-de-açúcar no assentamento da fazenda Bela Vista do Chibarro deu origem a dois grupos de assentados: o Grupo favorável e o Grupo contrário os quais serão analisados no decorrer desta pesquisa.

de estratégia, o assalariamento externo também causa polêmica, mas é permitido e aceito entre eles, mesmo podendo causar o afastamento parcial ou permanente das famílias do lote. Nesse sentido, pode ser tão prejudicial quanto o plantio da cana e ocasionar a evasão das famílias, conseqüentemente, a perda da terra. Observa-se que geralmente as estratégias não convencionais, ou seja, aquelas praticadas sem o acompanhamento dos técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), utilizadas pelos assentados como forma de obter renda, a maioria das vezes, coloca em risco a sua permanência no assentamento.

Na análise dos pequenos fornecedores não assentados, ou seja, dos produtores que detêm a propriedade da terra, a bibliografia referencial citada no decorrer do texto indica que as monoculturas ligadas à agroindústria da região aceleram o processo de evasão e expropriação dos pequenos produtores da terra, mas usualmente nessas propriedades com características familiares, o cultivo da cana é associado a outras culturas, possibilitando-lhes outros rendimentos.

A contradição existente aí, baseia-se no fato de que a introdução do plantio da cana-de-açúcar no assentamento Bela Vista do Chibarro, é vista pelos assentados do grupo favorável como uma saída para esta condição aviltante de falta de recursos e, conseqüentemente, como estratégia de permanência na terra. Esta é uma visão que causa preocupação porque vai de encontro às análises que apontam para uma economia onde predomina o grande capital concentracionista, na qual estes assentados querem se inserir como fornecedores.

Embasamento metodológico na construção do objeto sociológico

Os métodos sociológicos mais freqüentemente utilizados pelos pesquisadores nas Ciências Sociais, a ser adotados por nós, são métodos baseados acima de tudo, na dedicação e na capacidade de observação estando ele, o pesquisador, livre das prenoções e dos preconceitos (WEBER, 1986).

Vista a sociologia como uma ciência multidisciplinar durante a graduação, agora é o momento de colocarmos em prática o nosso aprendizado o mais claramente possível. Para tanto, defendemos a posição de que o uso das várias correntes sociológicas é necessário para darmos conta da pesquisa metodológica como um todo. Posição esta fundamentada na hermenêutica, baseando-se no princípio de que temos o todo e temos as partes. As partes estão articuladas com o todo e o todo está articulado com as partes.

A posição de Weber sobre a objetividade nas Ciências Sociais nos ajuda a compreender que para a pesquisa não existe qualquer análise científica

puramente objetiva da vida cultural, lembrando que

o caráter de fenômeno 'sócio-econômico' de um evento não é algo que lhe seja 'objetivamente' inerente. Pelo contrário, ele está condicionado pela orientação do nosso interesse de conhecimento, e essa orientação do nosso interesse de conhecimento define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular (WEBER, 1986, p.79).

Seguindo esses conceitos e aproximando-o do nosso objeto de pesquisa, direcionamo-nos ao estudo da pequena produção regional da cana, fazendo um contraponto com a viabilidade de seu plantio no assentamento Bela Vista. Consideramos como importante nesta análise de caráter econômico e social, compreendermos as relações de comercialização entre agroindústria e pequenos fornecedores de cana, assentados/não assentados, e como a cana em seu caráter concentracionista pode ou não se tornar uma cultura estratégica para permanência na terra.

Até os dias atuais observa-se que a pequena produção se manteve e se reproduziu a duras penas no Brasil. O que demonstra, em seu desenrolar histórico, um potencial agrícola gerado por estratégias que devem ser (re)pensadas como enfrentamento ao capital. Este potencial, ou seja, a resistência do camponês, à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo (MARTINS, 1995, p. 18). Mas, esbarra na falta de políticas e políticos decididos no sentido de resolver a questão da reforma agrária no Brasil. Pretendemos, com nossas reflexões, analisar trajetórias de vida dos grupos, fazendo uma ponte com as opções utilizadas como estratégias para permanência desses grupos na terra.

Na análise de Santos (1995), o capitalismo parece dispor de energias sempre renovadas para superar as suas crises e estas são cada vez menos severas². Embora a pauperização do proletariado tenha acontecido de uma maneira bem

² SANTOS, B. de S. Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também? In *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Ed. Afrontamento, 1995. (a.3), p. 26-27.

³ MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, coleção *Os Economistas*, Volume I, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

⁴ SANTOS, B. de S. *op. cit.*, p. 39.

⁵ Há indícios de que 90% dos assentados no assentamento Bela Vista hoje são adeptos ao plantio da cana-de-açúcar em seus lotes.

mais amena do que a colocada por Marx, a indústria capitalista, tal qual Marx coloca em *O Capital*³, esta sim chegou ao campo na condição de expropriadora dos pequenos produtores. Mesmo assim, segundo Santos (1995), os camponeses não desapareceram tão rapidamente quanto o previsto⁴.

Nesse sentido, temos clara a compreensão de que os pequenos produtores fazem parte de processos sociais complexos (SANTOS, 1991, p. 26, a.3), que para serem investigados deve-se levar em consideração a sua multidimensionalidade e não o seu imediatismo empírico (FERRANTE, 1998). O mais adequado é sair a campo, e pôr em ação (BOURDIEU, 1989), as nossas teorias, buscando integrá-las entre si, no sentido de obter-se uma visão, sendo ela a mais completa possível, do movimento do real.

No momento atual, expressa-se uma grande tendência à produção da cana no assentamento Bela Vista⁵. Prática esta considerada inviável pela tendência concentracionista do capital voltado às agroindústrias e pela necessidade do uso de técnicas mecanizadas, tornando-se necessário o arrendamento das terras às usinas. Recentemente, com a terceirização dos serviços prestados pelas usinas, há mudanças nas relações de produção. As relações de produção que antes se restringiam às agroindústrias, hoje passam a ser mascaradas (MARX, 1988) pelas novas relações de produção via empresas terceirizadas, aumentando o ciclo de produção, dando a impressão de que a usina não detém mais sozinha todo o processo que envolve desde o plantio, colheita e transporte da cana até o seu processamento na usina para produção do açúcar e do álcool, formando-se um circuito fechado.

Com as novas relações que se estabelecem a partir de 1997, os serviços de plantio, colheita e transporte, prestados anteriormente pelas usinas, passam a ser realizados pelas empresas terceirizadas. Assim, vemos aumentado o circuito de produção e comercialização, "desconcentrando" esses serviços necessários à cultura da cana-de-açúcar nesta região.

Agricultura e pequena produção: resquícios de enfrentamento

As mudanças ocorridas na agricultura a partir da década de 1930, mostram a decadência da cultura do café no Estado de São Paulo - que dá início a uma desconcentração das grandes fazendas de café a favor da cultura da cana (IANNI, 1984). Desde então, ao longo destes anos, a pequena propriedade vai sofrer um processo de concentração, em razão de políticas econômicas protecionistas voltadas ao grande capital agroindustrial⁶.

Dos excluídos da terra, a analogia feita por Ianni diz tudo: "desde a Lei do Ventre Livre, de 1871, até o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, assinalam as condições em que se desenvolve o longo processo de transformação do escravo em *trabalhador livre*"⁶. Essas transformações, que acontecem gradativamente, dão base de sustentação para vários conflitos trabalhistas na década de 60 que, por sua vez, vão desencadear o processo de luta dos trabalhadores rurais, chegando-se à década de 80 com conflitos violentos, como o acontecimento de Guariba (FERRANTE, 1992 e BARONE, 1999), que deu origem à luta pela reforma agrária e aos assentamentos rurais na região de Araraquara. Com um índice de 70% de trabalhadores rurais ou bóias-frias entre os assentados do assentamento Bela Vista, 45,6% destes tinham experiência anterior com o plantio da cana-de-açúcar (ROSIM, 1997, p. 165). Forte indício de que a insistência no plantio da cana por esses assentados pode estar relacionada à sua experiência anterior com a terra.

Para melhor exemplificar essas informações, pode-se observar no quadro

⁶ A bibliografia é ampla a esse respeito. Entre os autores podemos citar IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1984. IANNI faz uma abordagem histórica sobre a substituição do café pela cana na região de Sertãozinho, tal qual aconteceu em nossa região. Para uma abordagem das políticas econômicas protecionistas do governo em relação à cana, ver SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975), Políticas de concentração e de modernização (1969 a 1974)*. São Paulo: Hucitec- Unicamp, 1979, p. 298. O estímulo voltado à concentração é efetivado através de leis, como a Lei nº 4870, de 1965, que determinava o preço da cana pela sua qualidade, ou seja, pelo seu teor de sacarose e índice de pureza, cujo efeito é nocivo ao pequeno e médio produtores que, no geral, operam com menor produtividade. Outro exemplo é a Lei 5654 e os Decretos-leis nºs 1186 e 1266, do início da década de 70, nos quais estavam imbutidos as intenções e efeitos modernizantes e centralizadores. O Decreto-lei nº 1186 destinava-se às empresas açucareiras que promovessem a fusão, incorporação e realocização de suas unidades industriais açucareiras, fazendo jus a incentivos fiscais. Desse Decreto somente poderiam se beneficiar as usinas que tivessem cotas iguais ou superiores a 400 mil sacos por safra. Em WILKINSON, J. In *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. Editora Hucitec-CEPA/BA, São Paulo-Salvador, 1986, podemos analisar mais especificamente a relação com bancos financiadores.

⁷ IANNI, Octávio. op. cit. p. 116.

⁸ NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1981, p. 60.

abaixo, os índices correspondentes a experiência agropecuária "anterior" dos assentados nas diversas atividades que se seguem.

Quadro 1: Experiência agropecuária anterior dos assentados

Atividades	Número	%	Atividades	Número	%
milho	151	93.2	algodão	71	46.5
arroz	141	87.0	cana	74	45.6
mandioca	129	79.6	laranja	72	44.4
tração animal	129	79.3	horticultura	55	33.9
feijão	127	64.1	pecuária de corte	44	27.1
adubação	104	62.5	comercialização	33	20.3
agrotóxicos	101	58.6	reflorestamento	31	19.1
calcário	95	51.8	banana	14	8.6
tração mecânica	84	49.3	crédito rural	13	8.0
amendoim	80	48.7	soja	12	7.4
café	79	48.1	outros	30	18.5
pecuária de leite	78				

Fonte: ROSIM, L. H., *Quadro 8, op. cit, p. 165*

Concomitantemente com a luta dos trabalhadores rurais com relação a seus direitos trabalhistas, a vertente que surge com o movimento pela terra, não é nova. Ela está calcada na luta pela sobrevivência da pequena propriedade no Brasil. Trazendo esta questão mais para perto do nosso objeto de estudo, a saber **os pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar**, a luta política desta classe vem alcançar vitória através da promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira, em 21 de novembro de 1941, que delimitava regras e princípios de regulamentação das relações entre usineiros e fornecedores de cana. Fixava esse estatuto um limite máximo de participação na produção e transformação das canas da própria usina e dos fornecedores, que correspondia, respectivamente, a 60% e 40% das cotas de produção. Em 1º de dezembro de 1965, através da Lei nº 4.870, a cota agrícola dos fornecedores chegou a atingir 60% da cota industrial, mas a área de lavoura e a produção agrícola por parte das usinas se expandiram em maiores proporções que a dos fornecedores em razão da defasagem técnica e pela subordinação dos fornecedores à usina⁸.

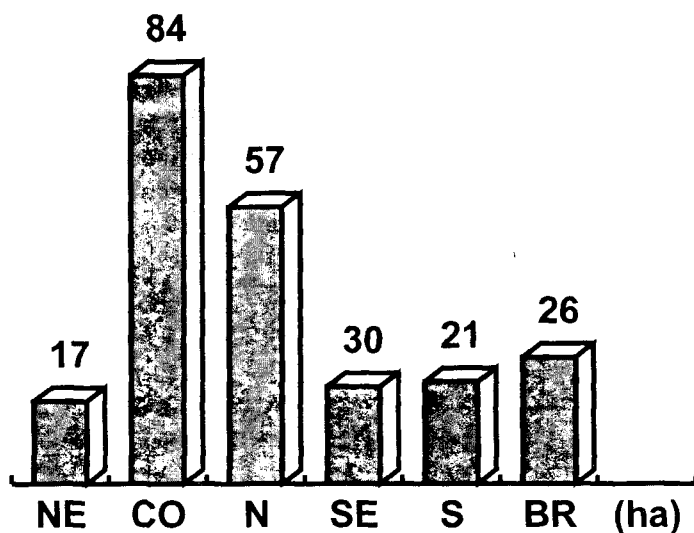
Das cotas de fornecimento, a análise da concentração da produção da cana-de-açúcar nas mãos dos usineiros pode ser comparada em relação ao índice

atual de fornecimento. Hoje, a cota de fornecimento na região em estudo está na margem de 13% relativa à produção dos fornecedores, e em torno de 87% relativa à produção das usinas⁹. Esse aumento considerável, que se deu na razão inversa proposta pelo Estado entre fornecedores e usinas, pode estar relacionada ao fato dessas cotas não mais serem controladas pelo Estado.

Contrapondo-se a posição do Estado que sempre favoreceu a formação dos oligopólios neste setor, a condição ocupada pelos trabalhadores e pequenos produtores no estado de São Paulo em sua trajetória ao longo deste século, nem sempre se deu de forma pacífica - de colonos das fazendas de café a pequenos proprietários; uma vez proprietários, expropriados pela cultura da cana; e a partir da década de 80, (re)assentados. Tais referências, não necessariamente nesta ordem, demonstram a resistência na luta pela sobrevivência da pequena produção no Brasil, na qual, segundo Bergamasco, um locus importante e que devemos considerar é que a pequena produção se manteve e se reproduziu¹⁰ ao longo deste período.

Dados da representatividade da agricultura familiar podem ser observados no gráfico seguinte que nos mostra a área média ocupada pelos estabelecimentos familiares hoje no Brasil segundo as regiões.

Gráfico 1: Área média dos estabelecimentos familiares (Em ha)



Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 - IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO p. 19. ano 2000

A condição destes agricultores familiares em relação à posse da terra demonstra que 74,6% são proprietários, 5,7% são arrendatários, 6,4% são parceiros e 13,3% são ocupantes. Dentre estes, na região Sudeste temos 85,7% de proprietários, 4,1% de arrendatários, 5,2% de parceiros e 5,0% de ocupantes¹¹. A geração de postos de trabalho no meio rural brasileiro é evidente, visto que a agricultura familiar é responsável por 76,9% da mão-de-obra utilizada na agricultura, ainda que dispondo apenas de 30% da área total das terras. Na região Sudeste esse percentual gira em torno de 59,20% do Pessoal Ocupado voltado à agricultura familiar¹². Nesse aspecto, a agricultura familiar está respondendo ao propósito como geradora de empregos rurais.

A delimitação do universo da agricultura familiar é feita atendendo às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento deve ser exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar deve ser superior ao trabalho contratado. Consideram-se como agricultura familiar no Brasil as propriedades com extensão territorial entre menos de 5 ha até 15 Módulos Regionais (MR)¹³. É considerado um módulo médio diferente para cada grande região do país.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 nos mostram a distribuição das áreas da agricultura familiar no Brasil.

Quadro 2. Agricultores Familiares - Percentual de estab. e áreas segundo grupos de área total

Região	Menos de 5 ha		5 a - de 20 ha		20 a - de 50 ha		50 a - de 100 ha		100 a - de 15 MR	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Nordeste	58.8	6.2	21.9	13.0	11.0	20.3	4.8	19.3	3.4	41.3
Centro-Oeste	8.8	0.3	20.5	2.9	27.3	10.7	18.8	15.5	24.6	70.6
Norte	21.3	0.9	20.8	3.8	22.5	12.5	17.9	20.8	17.4	62.0
Sudeste	25.5	2.2	35.6	13.6	22.7	24.4	9.9	23.2	6.3	36.5
Sul	20.1	2.5	47.9	25.1	23.2	32.5	5.9	18.8	2.9	21.1
Brasil	39.7	3.0	30.0	12.2	17.1	20.4	7.5	19.7	5.8	44.7

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 - IBGE

⁹. Dados obtidos na Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara pelo engenheiro agrônomo Luis Henrique Scabello de Oliveira em 1997.

¹⁰. Mini-curso "A Questão Agrária Revisitada: Dilemas de Interpretação", ministrado pelas profas. dras. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante F.C.L., Unesp de Araraquara e Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Unicamp - de 17/09/99 a 19/11/99.

A análise da FAO sobre a agricultura familiar utilizando o censo indica que o percentual de estabelecimentos entre 5 a menos de 20 ha é o mais elevado na região Sudeste, com um percentual de 35,6% das propriedades. Considerando-se esta área como sendo de tamanho mínimo ideal para a agricultura familiar, podemos concluir que se destaca em relação às demais pelo fato de nela estarem inclusos os assentamentos rurais da região de Araraquara (Bela Vista com 12 ha e Monte Alegre de 12 a 16 ha). Atentando para o fato de que a Reforma Agrária contribuiu positivamente para o aumento de estabelecimentos agrícolas familiares nessa região.

Dados para reconhecimento do objeto assentamento Bela Vista do Chibarro

As terras onde hoje se situa o assentamento Bela Vista do Chibarro, constituído na segunda metade da década de 1980, eram pertencentes à usina Tamoio. Fundada em 1917 com o nome de Engenho Fortaleza pela família dos Morganti, a usina Tamoio foi considerada, na década de 1950, uma das maiores usinas do Brasil. Estas terras desde então foram destinadas ao plantio da cana-de-açúcar para a produção do álcool e do açúcar. No seu apogeu contava com uma população de aproximadamente três mil trabalhadores fixos e suas famílias que somavam juntos um contingente populacional de sete mil a dez mil habitantes¹⁴.

A usina Tamoio foi palco de momentos áureos na história da fazenda Bela Vista. No local onde hoje é a agrovila do assentamento, localizava-se a colônia para moradia dos trabalhadores da usina e suas famílias. Da parte dos funcionários, muitos se consideravam privilegiados, por pertencerem a uma empresa de amplo convívio social, sem distinções classistas aparentes, na qual

¹¹. Projeto de Coordenação Técnica INCRA/FAO "Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil Redescoberto". Sob coordenação de Carlos Henrique GUANZIROLLI (FAO) e Sílvia Elizabeth de C. S. CARDIM (INCRA). P. 21. Brasília, fev. 2000. Trabalho apresentado no X Congresso Mundial e XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - RJ (de 31/Jul a 5/Ago/2000).

¹². GUANZIROLLI, C.H. e CADIM, S.E.C.S. op. cit. p. 24-25

¹³. GUANZIROLLI, C.H. e CADIM, S.E.C.S., op. cit. p. 10-11.

¹⁴. CAIRES, Angela Cristina Ribeiro. Nem tudo era doce no império do açúcar. Vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio - 1917-1969. Dissertação de Mestrado. Unesp de Araraquara, 1993, p. 66.

filhos de colonos, filhos de altos funcionários e filhos do patrão estudavam na mesma escola. O patrão exercia o seu poder através de uma relação paternalista, na qual prevaleciam os laços de amizade e gratidão que utilizava como tipo de dominação (CAIRES, 1993, p. 2). Este contato mais próximo com o patrão é lembrado e enfatizado até hoje pelos **antigos moradores**¹⁵ hoje assentados, que vivenciaram o período do auge à decadência com pesar.

A qualidade de vida das pessoas durante o auge da usina Tamoio é citada no discurso da imprensa local como instalações grandiosas da usina (O Imparcial, 22/08/1971). Situação esta que ultrapassava a média do trabalhador rural no estado de São Paulo (FERRANTE, 1996) nessa época, enquanto grande parte da população nas décadas de 50 e 60 viviam momentos de proletarização/expropriação. Como analisa a autora

Tal expropriação se deu sob formas diferenciadas de violência, explícita, simbólica ou mesmo maquiada sob uma roupagem institucional. Submetidos à expropriação, a partir da década de 50, que vai resultar em um intenso processo de proletarização, legalizado pelo Estatuto do Trabalhador Rural cujas conseqüências traumáticas são dissimuladas, como se a condição de "herdeiros" da modernização da produção desse aos bóias-frias garantia de emprego e de direitos, situação que efetivamente não se concretizou. Há elementos concretos para dizermos que não houve uma transformação mecânica do campesinato expropriado em bóia-fria. Há os que se transformaram em desempregados, peões, andarilhos. Outros partiram para outras regiões, continuando o que se poderia chamar de 'processo de acumulação primitiva de proletários'. (FERRANTE, 1996, p. 2-3).

Do auge à decadência da usina, as mudanças foram sentidas primeiramente pela marca da impessoalidade (ROSIM, 1993) entre patrão e empregado, que começam a ocorrer no ano de 1966, quando a usina Tamoio passa a ser propriedade do Grupo Silva Gordo. A partir de então, há um distanciamento nas relações de patrão/empregado, que é próprio do sistema

¹⁵ Entrevista realizada em 26/08/2000 com o assentado que faz parte do grupo dos ex-colonos sr. Antonio Capelatto e filha

capitalista de produção. Logo em seguida, apontam para a expropriação dos colonos, em razão de crises (FERRANTE, 1984), que têm início onze anos mais tarde, oriundas do próprio sistema de inovação das novas relações de produção postas pela modernização da agricultura.

Com a crise datada do início dos anos 80, o Grupo Silva Gordo desativa a usina e a manutenção das setecentas famílias da usina passa a representar um obstáculo. São acionados mecanismos de agilização indireta da expropriação dos trabalhadores moradores, forçados a sair das casas, de seu espaço de reprodução social (FERRANTE, 1992, p. 140). A empresa passa a utilizar de subterfúgios como o não-recolhimento do FGTS, atrasos salariais, paralisação da empresa, improdutividade de cerca de 10.000 alqueires, elevados débitos fiscais para com o Fisco Estadual e estabelecimentos oficiais de crédito do Estado (ROSIM, 1997, p. 43).

Diante desse quadro analítico irreversível, parte das terras da usina foi desapropriada a partir de 1985, após um processo de lutas, por conta de débitos acumulados com a Caixa Econômica Federal, a qual foi destinada ao Incra para fins de reforma agrária. A entrada na terra pelas famílias assentadas deu-se entre vários momentos. Mais especificamente, através da seleção de famílias inscritas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara; uma parte das famílias por imposição do Incra pressionado pelo MST; algumas famílias originárias de Promissão (SP) e uma parte das famílias que se encontravam acampadas nas terras do Chibarro, que se dispensou qualquer critério. Este processo ocorreu entre 1985 e 1989. Nessas terras foram assentadas até hoje 170 famílias. Entre elas 70% de trabalhadores rurais da região e antigos colonos e 30% procedentes de outras regiões do interior e litoral do estado de São Paulo¹⁶. Hoje fazem parte deste assentamento 250 famílias entre assentados e agregados que vivem lá.

Entendemos que a insistência do plantio da cana no assentamento Bela Vista por algumas famílias, pode ter origem em suas raízes. Como acontece com as famílias de antigos colonos que vivem hoje como assentadas (cinco ao todo) e famílias de trabalhadores volantes ou bóias-frias que viviam do corte da cana, já citadas anteriormente. Com base no pressuposto de que a prática agrícola do presente no assentamento pode estar ligada a experiência anterior das famílias com a terra, essas famílias devem ser pensadas e respeitadas enquanto atores

¹⁶ Sobre o processo da entrada na terra pelas famílias e seus agrupamentos ver ROSIM, Luis Henrique, op. cit.

integrantes de um cenário onde o cultivo da cana-de-açúcar é histórico e predominante na economia regional.

Perspectivas para permanência na terra: o cultivo da cana-de-açúcar como estratégia no assentamento Bela Vista

Entre o processo de constituição do assentamento Bela Vista e o período atual, muitas águas rolaram. Nesse tempo, é necessário frisar que nem sempre os assentados optaram pela cultura certa, no momento certo. Muitos obtiveram sucessos outros insucessos. Por essa razão, nosso objetivo nesta pesquisa é analisarmos os grupos inseridos na economia da cana-de-açúcar.

Dentre os prejuízos apontados, eles quase sempre nos levaram ao atravessador. Seja ele incorporado na figura do comerciante local/regional ou até mesmo na figura do Itesp, intermediando projetos pré-concebidos que nem sempre proporcionaram o retorno em forma de renda necessária à subsistência da família e ao reinvestimento no lote.

O papel exercido pelas instituições é discutido por NEVES (1997) como sendo de vital importância para o bem estar do assentado/ assentamento. De acordo com a autora, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), aprovado pelo Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985 coexistem políticas que não se limitam à redistribuição da terra, mas implicam a oferta de serviços totalizantes, para o bem-estar físico e social dos beneficiários dela. Mas ao contrário do que a Constituição prevê, o que se observa quando Neves analisa as práticas das instituições através de instrumentos de análise baseado nos convênios, projetos e nos relatórios (dos técnicos) explicita que estas instituições atuam muito mais em nível formal e burocrático¹⁷. Essa prática inviabiliza a resolução de problemas mais simples e dá vazão para o **apadrinhamento**, podendo ocorrer, por exemplo, no momento da divulgação de informações¹⁸. No que diz respeito às "ong's", Organizações Governamentais ou não, a crítica vem do representante do Banco Mundial, Manninger Gill, pois estas instituições só sabem criticar, não trazem soluções¹⁹. A implementação de projetos pelo Banco Mundial acaba sendo prejudicada pela dificuldade em se manter um projeto

¹⁷. NEVES, Delma, Pessanha. Assentamento rural: Reforma agrária em migalhas. Cap. 2, Reforma Agrária: idealizações e idealizações. Niterói, RJ: Eduff, 1997, p. 73.

¹⁸. Problema levantado em entrevista com o assentado Antônio Belontaine (Representante do Núcleo III no assentamento Monte Alegre-AR) em 21/01/2000.

linear, em benefício dos assentamentos. Segundo Gill (2000), quando terminam os trâmites burocráticos nas negociações com o banco (que pode demorar até dois anos) no último estágio das negociações, a maioria das vezes esbarram em questões por conta de divergências políticas que acabam influenciando negativamente a liberação da verba pelo banco, tendo o projeto que ser reelaborado.

Outras questões como a discriminação sofrida pelos assentados, levantada por nós, é analisada aqui como um indicador negativo à socialização do assentado e de sua família, dificultando a sua interação. Este preconceito de que são vitimados, segundo Neves, faz parte de uma concepção de que o assentado é socialmente um sem raiz, ser ambíguo que se socializa num mundo em transformação ou de conversão, cujas marcas mais deléveis derivam dos objetivos do processo e da legislação. Neves ainda explica que nos dois planos, formal e prático, o assentado está reduzido ao silêncio, por ser excluído do debate que o torna personagem social e político. Seu reconhecimento se dará pela representação do porta-voz institucional, ou seja, os dirigentes de associação política - ou, muito mais comumente, dos técnicos vinculados às instituições intercessoras²⁰. A prática dos assentados em se organizarem via associações, via cooperativas e através dos seus representantes no assentamento ou, com os próprios técnicos *que acompanham o seu dia-a-dia no lote, vai de encontro à necessidade de reduzirem suas perdas na busca dos interesses comuns*. Por essa razão, os técnicos, assim como as instituições que eles representam, são alvos de constantes críticas pelos assentados, pois eles estão em busca de resultados emergenciais e lhes são oferecidos projetos não aprovados.

Segundo Hayes (2000), a solução é investir na infra-estrutura nos assentamentos rurais, no sentido de impedir que num momento de mudanças os assentados tenham grandes perdas. Para tal, é necessário que se faça um levantamento do que eles tinham e do que eles têm no momento, como bens materiais, familiar, educação, etc. Esses valores nem sempre podem ser quantificados em renda, pois não há como serem repostos; por essa razão *deve-se investir na infra-estrutura para diminuir suas perdas*²¹.

Seguindo o raciocínio que tem como pressuposto manter o homem na

¹⁹. GILL, Maninder. From Risk Mitigation to development: Putting resentment policy making in perspective. X Congresso Mundial de Sociologia Rural/ XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

²⁰. NEVES, Delma Pessanha. op. cit. p. 75.

terra, visto pela ótica do assentado endividado e sem perspectivas de melhora, são obrigados a lançar mão de estratégias próprias. Hoje, os assentados da Bela Vista, mais familiarizados que estão com o mercado, conhecendo os riscos e insucessos que são só deles, analisam a questão da seguinte maneira, assim expressa em uma das entrevistas realizada em pesquisa de campo com um assentado plantador de cana.

Agora estou plantando a cana como último recurso... Pelo menos (com a cana) a gente ganha pouco, mais ganha... Plantei a cana utilizando metade do lote, na outra (metade) com o dinheiro (ganho) da cana pretendo plantar cereal²².

Observa-se que esta é mais uma medida estratégica de resistência objetivando a permanência na terra. A expressão último recurso é utilizada aqui como referência ao fato do assentado, desde quando entrou na terra em 1985, ter tido várias perdas, dentre elas o gado leiteiro, por motivo de doença. Logo em seguida, perdeu a safra de cereais no comércio com atravessadores, ficando endividado. Como todas essas negociações foram financiadas pela Caixa Econômica, hoje ele acumula uma dívida de nove mil reais e não tem como saldá-la. Casos como esse são comuns no assentamento Bela Vista.

Eles estão plantando a cana pelo sistema que a usina adotou de empréstimo de mudas, que devem ser pagas decrescendo o seu valor na primeira safra imediata. Proposta comum nos contratos com as usinas da região. Segundo o assentado, esse sistema já lhe possibilitou o pagamento das mudas e algum lucro. A expectativa é obter um rendimento maior para as próximas safras, uma vez que, com a cana plantada, podem ser retirados vários cortes com a mesma muda, não necessitando de novos investimentos.

Outro fator favorável segundo o Grupo da cana, é a comercialização imediata da produção com a usina, ou seja, a usina se compromete a comprar toda a produção. Frente às dificuldades de inserção de seus produtos no mercado e à experiência desastrosa com atravessadores, à primeira vista parece-lhes um

²¹ HAYES, Juliette, S. N. Capital Loss and Reconstitution in Involuntary Resettlement. (Consultant in Community Development, USA). X Congresso Mundial de Sociologia Rural/ XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

²² Entrevista realizada em 1/12/99 com o assentado sr. José Cortez, do Grupo da cana, no assentamento da fazenda Bela Vista do Chibarro, Araraquara-SP

bom negócio negociar com a usina.

Portanto, na conjuntura atual de falta de recursos via financiamentos, no caso dos assentados inadimplentes, a prática do plantio da cana no assentamento Bela Vista, haja vista os motivos de críticas pelo grupo contrário, fundamentadas na análise do assentamento Monte Alegre (AR), em Stetter (2000). Visto sob uma ótica diferente, se levados em consideração os riscos de mercado regional a ser praticado quase sempre pelos assentados, esse risco, bem gerenciado, pode cumprir neste momento crítico, o objetivo do lucro imediato.

Para tal, é necessário que esses assentados tenham um respaldo da instituição que os acompanha (Itesp) para legitimar a proposta do plantio da cana no assentamento. Nesse sentido, o grupo favorável tem em estudo um projeto em nível particular, para que seja bem organizada a estrutura necessária à prática do plantio de cana, com a proposta de tê-la como forma estratégica para obter recursos, não como monocultura, mas aliada a uma diversificação necessária que dá base de sustentação à proposta de reforma agrária hoje no Brasil.

Referências Bibliográficas

- CAIRES, A. C. R. Nem tudo era doce no império do açúcar. Vida, trabalho e lutas na usina Tamoio - 1917-1969. Araraquara, 1993. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.
- BARONE, L. A. A "Economia Moral" num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias de Guariba. In Retratos de Assentamentos, nº 07, org. FERRANTE, V.L.S.B. Araraquara: ed. Unesp, 1999.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1989.
- FERRANTE, V. L. S. B. Relatório de pesquisa encaminhado ao CNPq, março de 1998 (mimeo).
- FERRANTE, V. L. S. B. A chama verde dos canaviais. Araraquara, 1992. Tese. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP (mimeo).
- FERRANTE, V. L. S. B. Homens e máquinas: no paraíso dos canaviais. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIALES DE AMÉRICA, S. Luis Potosi, 1996, p. 2-3 (mimeo).
- FERNANDES, F. e COHN, G. In Weber, A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. São Paulo: ed. Ática, 1986. p.79-127.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: ed.

Brasiliense, 1981.

- GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista. Campinas, 1980. Tese. Departamento de Economia e Planejamento Econômico do IFCH da Unicamp.
- GUANZIROLLI, C. H. e CADIM, S. E. de C. S. (Orgs.) Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Projeto de Coordenação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2000.
- IANNI, O. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: ed. Brasiliense, 1984.
- MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: ed. Vozes, 5ª edição, 1995.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Coleção Os Economistas, Vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1988.
- NEVES, D. P. Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1981.
- NEVES, D. P. Refórma Agrária: Idealizações e Irrealizações. In Assentamento rural: Refórma Agrária em migalhas. Cap. 2. Niterói: ed. Eduff, 1997, p. 65 - 92.
- NEVES, D. P. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista. Niterói: ed. Eduff, 1997.
- PINASSI, M. O. As armadilhas da cana. Um estudo da pequena produção canavieira no Estado de São Paulo entre 1930 e 1980. Araraquara, 1985. Dissertação. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.
- ROSIM, L. H. Nas terras da Usina: o fazer-se de um assentamento. Araraquara, 1997. Dissertação. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.
- SANTOS, J. V. T. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. Ciências Sociais Hoje, São Paulo: ed. Vértice, 1991.
- SANTOS, B. de S. Tudo o que é sólido se desfaz no ar: o marxismo também? In Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. Porto Alegre: ed. Afrontamento, 1995.
- SCOPINHO, R. e VALARELLI, L. Modernização e impactos sociais. O caso da agroindústria sucro-alcooleira na região de Ribeirão bonito (SP). Rio de Janeiro: ed. Fase, 1995.
- STETTER, E. A. A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada? Araraquara, 2000. Dissertação de Mestrado.

Faculdade de Ciências e Letras - UNESP.

SZMRECSANYI, T. O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil: (1930 1975). São Paulo: ed. Hucitec, 1979.

WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo-Salvador: ed. Hucitec-CEPA/BA, 1986.